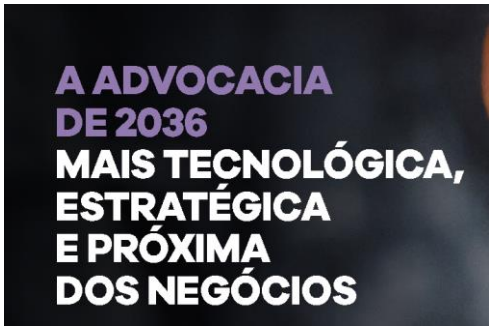
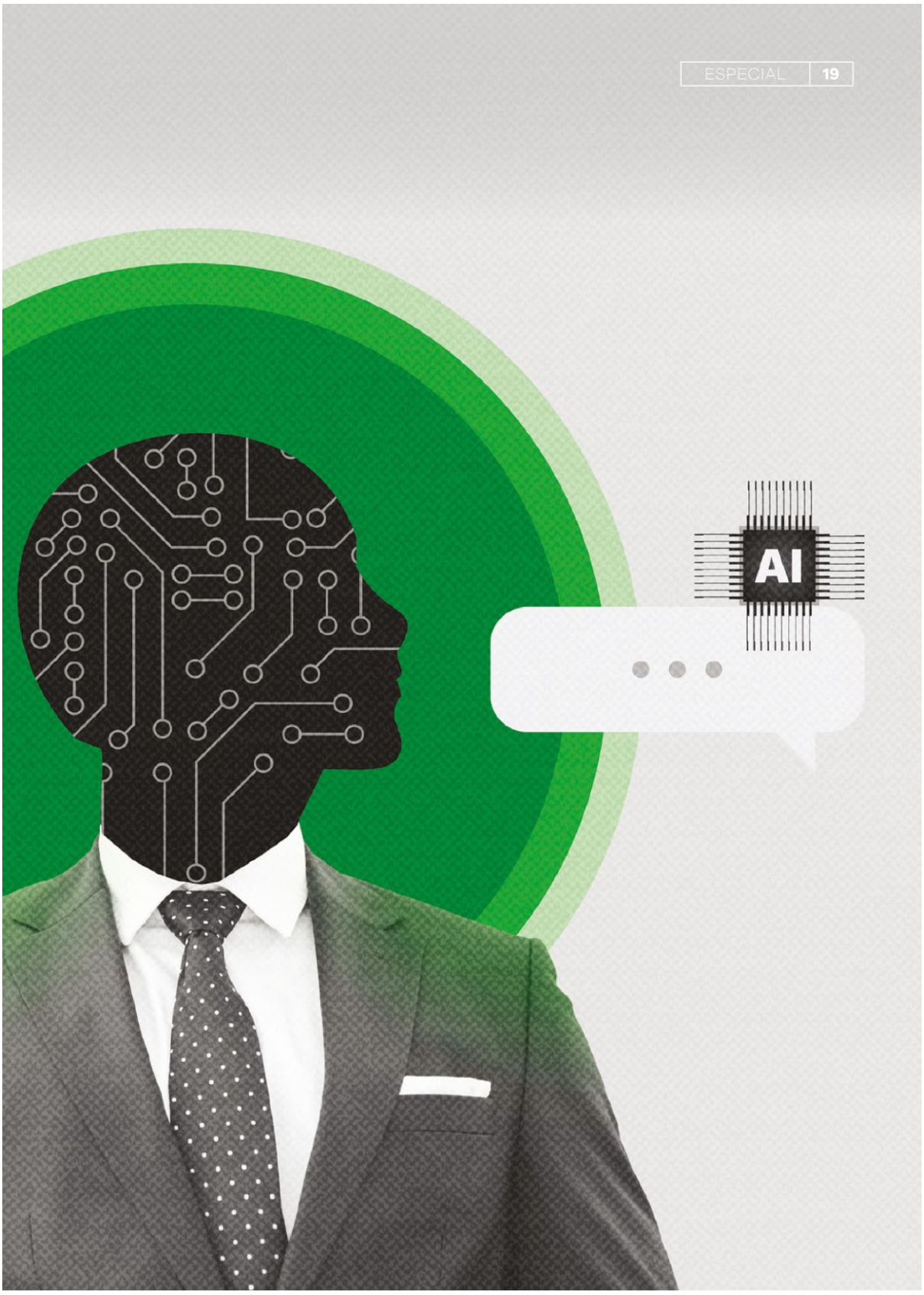

A ADVOCACIA
DE 2036
MAIS TECNOLÓGICA,
ESTRATÉGICA
E PRÓXIMA
DOS NEGÓCIOS

A ADVOCACIA DE 2036 MAIS TECNOLÓGICA, ESTRATÉGICA E PRÓXIMA DOS NEGÓCIOS



Daqui a dez anos, a advocacia será mais tecnológica, automatizada e orientada para os resultados, mas o fator humano continuará a ser indispensável. Os advogados antecipam uma transformação na forma de trabalhar, na relação com os clientes e nos modelos de negócio dos escritórios, com a IA a assumir um papel cada vez mais relevante. O futuro da profissão dependerá da capacidade de conciliar tecnologia e conhecimento jurídico.

TEXTO **FREDERICO PEDREIRA**
FOTOGRAFIAS **D.R.**


ESPECIAL
19
AI



Se olhar para 2036, o que mais terá mudado no setor da advocacia e na forma como os profissionais exercem a profissão? Esta foi a pergunta que lançamos aos advogados e uma característica evidenciou-se: a tecnologia. "No futuro, a advocacia tenderá a ser mais tecnológica, colaborativa e orientada para os resultados", começa por apontar o *managing partner* da CMS Portugal José Luís Arnaut.

O líder considera que muitas das tarefas "mais repetitivas" e "administrativas" serão, "ainda mais", automatizadas, permitindo aos advogados dedicarem mais tempo à "estratégia, à antecipação de riscos e ao aconselhamento de valor acrescentado". "O advogado do futuro será cada vez mais um parceiro de negócio dos clientes, combinando conhecimento jurídico com uma compreensão profunda dos setores em que estes operam", acrescenta.

Já Inês Sequeira Mendes, *managing partner* da Abreu Advogados, perspetiva que a mudança "mais significativa" estará na própria natureza do trabalho jurídico e na forma como os advogados criam valor para os clientes.





"O advogado será chamado a intervir cada vez mais cedo, não apenas para resolver questões jurídicas, mas para ajudar a identificar riscos, avaliar alternativas e construir soluções antes de os problemas surgirem", considera. A advogada sublinha que a crescente sofisticação dos negócios, a velocidade das transformações económicas e a complexidade regulatória tornarão esse acompanhamento "ainda mais relevante".

Inês Sequeira Mendes perspetiva ainda uma evolução na forma como as sociedades de advogados se organizam. "As estruturas tenderão a ser mais flexíveis, com novas formas de colaboração entre profissionais de diferentes especialidades, jurídicas e não jurídicas", nota.

Mas com a transformação da profissão também os modelos de negócios têm de ser adaptados. Por exemplo, Mónica Teixeira André, advogada e coordenadora da área de Conhecimento e Inovação da Cuatrecasas, defende que a tecnologia permite ganhos de eficiência, mas também significa um "investimento". "Já hoje os clientes exigem previsibilidade de custos, rapidez na resposta e soluções tecnológicas, sendo aqui fundamental salvaguardar a segurança da informação e a confidencialidade dos dados que nos são confiados", assume.

Conscientes de que essa transformação já começou, os advogados salientam que os escritórios estão cada vez mais a investir em tecnologia, em novas formas de organização e em modelos de prestação de serviços mais flexíveis. "No futuro, os escritórios mais competitivos serão aqueles que conseguirem aliar talento jurídico, inovação tecnológica e um profundo conhecimento dos negócios dos clientes", aponta José Luís Arnaut.

Também Inês Sequeira Mendes alerta que os clientes estarão cada vez "menos disponíveis" para avaliar os serviços jurídicos apenas em função do tempo despendido na sua prestação e irão procurar compreender melhor o "valor efetivamente gerado, os resultados alcançados e a forma como os serviços contribuem para os seus objetivos". "Isso deverá incentivar modelos de remuneração mais diversificados, incluindo honorários associados a projetos, serviços continuados e soluções com maior previsibilidade financeira, sem prejuízo das especificidades e da complexidade de cada assunto", explica.

IM. | Copyright licensed by Visapress | P. 5 of 9

Em termos setoriais, os advogados acreditam que todas as áreas vão continuar a ter importância no futuro, uma vez que terão de se adaptar às mudanças dos paradigmas económicos e sociais. Ainda assim, destacam áreas como a de energia, saúde e ciências da vida, *venture capital*, contencioso e arbitragem, e o imobiliário.

IA ACELERA TRANSFORMAÇÃO, MAS NÃO SUBSTITUI O JULGAMENTO HUMANO

A inteligência artificial (IA) está a ter um impacto, de forma transversal, em todos os setores e a advocacia não é exceção, havendo muitos profissionais que consideram que é uma ferramenta essencial e "imprescindível". Por exemplo, tarefas mais repetitivas, como pesquisas iniciais, análise preliminar de contratos, revisão documental ou até a elaboração de primeiras versões, serão cada vez mais automatizadas. Isto permitirá aos advogados libertar tempo para atividades de maior complexidade.

Mónica Teixeira André sublinha que a IA é "sobretudo útil" nas mãos de advogados "experientes, capazes de formular as perguntas certas, desenvolver os seus próprios agentes e de avaliar criticamente o resultado". "Por isso, a intervenção humana não perde, e não deve perder, espaço – pelo contrário, vai assumir cada vez maior relevância: na responsabilidade pela revisão e validação do trabalho, no juízo crítico e estratégico, na ponderação ética e, de forma muito evidente, nas negociações, onde a empatia, a leitura das pessoas e a construção de confiança continuam a ser insubstituíveis", acrescenta a advogada da Cuatrecasas.

Ainda assim, José Luís Arnaut deixa uma nota: o julgamento humano continuará a ser "indispensável" na interpretação da lei, na definição de estratégias, na negociação, na gestão de situações complexas e na relação de confiança com os clientes. "A tecnologia é um complemento poderoso, mas nunca substituto do pensamento crítico e da experiência", garante.

Mas poderá a tecnologia tornar a justiça e os serviços jurídicos mais acessíveis ou existe o risco de criar uma advocacia ainda mais desigual, reservada a quem pode pagar soluções mais sofisticadas? Inês Sequeira Mendes acredita que a tecnologia oferece uma oportunidade "muito relevante" para reduzir algumas das barreiras que ainda dificultam o acesso aos serviços jurídicos.

Também Mónica Teixeira André considera que a tecnologia pode, "sem dúvida", facilitar o acesso à informação jurídica e tornar alguns serviços "mais rápidos e menos onerosos". "Mas é curioso notar que tem também contribuído para aumentar a litigiosidade", alerta, contudo, dando como exemplo as ações coletivas.

Uma coisa é certa para Inês Sequeira Mendes: o verdadeiro desafio será garantir que a inovação não se traduz numa nova forma de exclusão. "Isso exige investimento, formação, enquadramento regulatório adequado e uma reflexão sobre a utilização responsável destas ferramentas, particularmente quando estão em causa direitos fundamentais e decisões com consequências relevantes para a vida das pessoas", aponta.

A *managing partner* da Abreu Advogados acredita que o setor jurídico tem também uma responsabilidade neste processo. "O progresso tecnológico só representará um verdadeiro avanço para a justiça se os seus benefícios forem acompanhados por maior acessibilidade, qualidade e confiança", disse.

Mónica Teixeira André considera ainda que os escritórios que não conseguirem acompanhar o ritmo



IM. | Copyright licensed by Visapress | P. 6 of 9



de modernização arriscam-se a "ficar para trás". "Não creio que seja a IA, por si só, a corrigir desigualdades: o acesso efetivo à justiça continuará a depender de opções de política pública, do funcionamento dos tribunais e da qualidade do aconselhamento jurídico, e não apenas da tecnologia disponível", conclui.

NOVAS COMPETÊNCIAS GANHAM PESO JUNTO DOS ADVOGADOS

A formação jurídica continuará a ser indispensável, mas já não chega para garantir a relevância dos advogados no futuro. Competências digitais, pensamento crítico, comunicação e capacidade de compreender o negócio dos clientes são apontadas pelos três advogados como essenciais para acompanhar uma profissão em transformação ao longo da próxima década.

Para José Luís Arnaut, o conhecimento técnico terá de andar lado a lado com competências digitais, pensamento estratégico e capacidade de análise de dados. "Também serão cada vez mais relevantes as competências de comunicação, adaptação à mudança, trabalho em equipas multidisciplinares e uma forte abertura a contextos internacionais", aponta.

IM. | Copyright licensed by Visapress | P. 7 of 9



"O progresso tecnológico só representará um verdadeiro avanço para a justiça se os seus benefícios forem acompanhados por maior acessibilidade, qualidade e confiança"

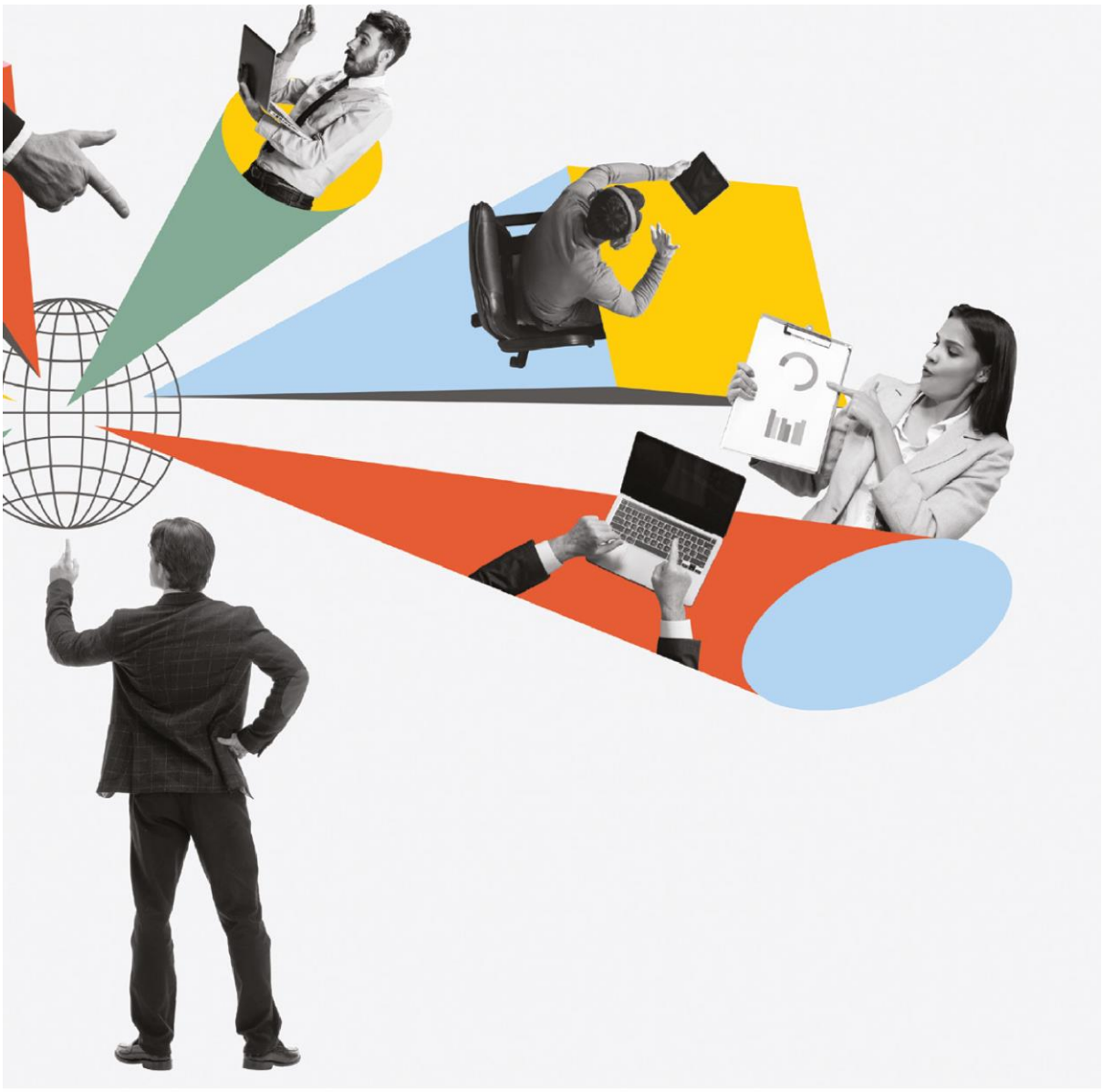
Inês Sequeira Mendes
Managing partner
da Abreu Advogados



Também Inês Sequeira Mendes considera que "uma preparação jurídica exigente será ainda mais indispensável". Num contexto em que a tecnologia permitirá produzir informação e respostas de forma cada vez mais rápida, o valor do advogado estará também na capacidade de avaliar criticamente aquilo que recebe. "A capacidade de distinguir o que é juridicamente sólido do que é apenas aparentemente convincente será particularmente valorizada", defende.

A *managing partner* da Abreu aponta ainda que a tecnologia, contudo, obrigará a uma adaptação da própria formação. "Os jovens advogados terão de

IM. | Copyright licensed by Visapress | P. 8 of 9



compreender o funcionamento das novas tecnologias, saber questionar os resultados que produzem e desenvolver uma visão mais abrangente da realidade económica e empresarial", disse.

É precisamente essa combinação entre conhecimento jurídico e compreensão do negócio que Mónica Teixeira André coloca entre as competências essenciais para o futuro. "A formação jurídica tradicional vai continuar a ser a base essencial, mas não vai ser suficiente", sublinha.

"Tem de ser aliada a *soft skills* relevantes – capacidade de comunicação, trabalho em equipa, inteligência emocional, pensamento crítico e capacidade de adaptação – e a uma compreensão do negócio e do setor dos clientes. A isto junta-se a capacidade de utilizar ferramentas tecnológicas que tragam mais eficiência, sabendo usá-las com sentido crítico e consciência dos limites e riscos. Vai ser igualmente decisiva uma atitude de aprendizagem contínua ao longo de toda a carreira", garante a advogada da Cuatrecasas.

Inês Sequeira Mendes acrescenta ainda que, mais importante do que dominar uma determinada ferramenta, será a capacidade de acompanhar a mudança. "Daqui a dez anos, muitas das ferramentas que hoje utilizamos poderão estar ultrapassadas", conclui. ■

IM. | Copyright licensed by Visapress | P. 9 of 9